

OSX BRASIL S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF nº 09.112.685/0001-32

NIRE 33.3.0028401-0

(Companhia Aberta de capital autorizado)

BM&FBOVESPA: OSXB3

Proposta da Administração à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, no dia 14 de julho de 2017, às 11:00 horas, conforme Edital de Convocação divulgado em 14, 16 e 19 de junho de 2017 no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no jornal Monitor Mercantil.

Senhores Acionistas,

A Administração da OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial ("Companhia" ou "OSX"), nos termos da legislação pertinente e do Estatuto Social da OSX, objetivando atender os interesses da Companhia, vem propor a V.Sas., em razão da Assembleia Geral Ordinária, o que segue:

Em Assembleia Geral Ordinária:

(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2016:

A administração da Companhia propõe que os Acionistas apreciem e, após atenta consideração, aprovem as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração conforme aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 13 de junho de 2017, bem como aprovem as contas dos administradores e tomem conhecimento do Parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

As demonstrações financeiras ora rerepresentadas refletem o importante trabalho de desconsolidação contábil das subsidiárias no exterior do contexto da companhia no Brasil, tendo em vista que essas companhias estão sob o regime de Suspension of Payments sob a supervisão da corte holandesa, ao mesmo tempo em que encontram-se sob a gestão de fato de seus respectivos credores ("Desconsolidação"). A administração acredita que a Desconsolidação contábil das subsidiárias torna as demonstrações financeiras mais realista e mais transparente.

Tendo em vista a rerepresentação das demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2016,

respectivamente, para refletir o efeito da Desconsolidação contábil das subsidiárias no exterior do contexto da companhia no Brasil, ressalta-se a variação positiva do patrimônio líquido consolidado em 2016 no valor de aproximadamente R\$125.185 (em milhares de reais), sendo o patrimônio líquido da Companhia consolidado para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 negativo, no valor de (R\$1.687.485,60).

No âmbito operacional vale ressaltar que a companhia celebrou com a Prumo um contrato de aluguel que prevê uma remuneração mensal mínima de R\$430 mil Reais em troca da locação da principal área molhada do Porto do Açu pelo prazo de 20 anos. Paralelamente a Prumo continua obrigada pelo acordo de comercialização a obter novos clientes, objetivando a geração de recursos para que a companhia tenha condições de saldar seus compromissos financeiros junto aos credores do Plano. Os esforços no sentido de reduzir os custos operacionais foram intensificados neste trimestre com a redução de cerca de 70% da folha de pagamento e terceirização de atividades como jurídico e contabilidade.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração serão oportunamente publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Monitor Mercantil. Os referidos documentos juntamente com o parecer dos auditores independentes e o formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP encontram-se disponíveis para consulta no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), da BM&FBovespa (www.bmfbovespa.com.br) e da OSX (www.osx.com.br), nos termos da Instrução CVM 481/09.

Adicionalmente, os comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, encontram-se disponíveis no **Anexo I** à presente proposta e no site da Companhia (www.osx.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBovespa (www.bmfbovespa.com.br).

(ii) Aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2016:

Considerando o resultado negativo do exercício, de R\$1.446 milhão, não se aplica a proposição de destinação do lucro líquido. Desta forma, também não se aplica a exigência da Instrução CVM 481/09 de apresentação do Anexo 9-1-II da mesma instrução.

(iii) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia:

Com relação à proposta da administração da Companhia para a eleição do Conselho de Administração tanto no processo de votação por chapa como em eventual processo de votação pelo voto múltiplo, caso solicitado, nos termos da Lei das S.A., fazemos referência às informações contidas neste item (iii) da presente Proposta de Administração.

A administração da Companhia propõe que sejam eleitos, com mandato de 1 (um) ano, até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2018 que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, a chapa composta pelos seguintes candidatos a membros para o Conselho de Administração, sendo que alguns deles, conforme indicado abaixo, já compõem o atual Conselho de Administração da Companhia:

CHAPA

Pedro de Moraes Borba**	Presidente do Conselho
Rogério Alves de Freitas**	Conselheiro Independente
Leonardo Martins**	Conselheiro
Paulo Narcélio Simões do Amaral*	Conselheiro
Bruna Peres Born	Conselheiro

**Atual Presidente do Conselho de Administração da Companhia*

***Atual membro do Conselho de Administração da Companhia*

Em caso de pedido de adoção do processo de voto múltiplo previsto pelo artigo 141 da Lei das S.A., a administração da Companhia propõe aos acionistas que seus respectivos votos sejam reunidos e distribuídos entre os candidatos integrantes da chapa proposta pela administração para o Conselho de Administração visando à eleição do maior número possível de membros, de acordo com a ordem indicada abaixo. Para tanto, o acionista que votar favoravelmente à proposta da administração concorda e autoriza, salvo exposto diversamente, que seus votos sejam, em conjunto com os votos dos demais acionistas que houverem manifestado a intenção de votar pela aprovação da proposta da administração, distribuídos entre os candidatos indicados abaixo, respeitada a ordem de indicação abaixo, de modo que, uma vez que o primeiro candidato houver atingido o número de votos suficientes para sua eleição, os demais votos sejam automaticamente alocados ao segundo candidato, até que este atinja número de votos suficiente para sua eleição, quando os votos remanescentes serão alocados ao terceiro candidato e assim sucessivamente até que sejam preenchidas todas as vagas:

1) Pedro de Moraes Borba	Presidente do Conselho
2) Rogério Alves de Freitas	Conselheiro Independente
3) Leonardo Martins	Conselheiro
4) Paulo Narcélio Simões do Amaral	Conselheiro
5) Bruna Peres Born	Conselheiro

Em conformidade com o art. 10 da Instrução CVM 481/09, encontram-se disponíveis no **Anexo II** desta proposta a nova sugestão de conteúdo para os itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência. Tais informações também estão disponíveis no site da Companhia (www.osx.com.br/r), da CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBovespa (www.bovespa.com.br).

Para os fins e efeitos do que dispõe o artigo 141 da Lei nº 6.404/76 e as Instruções CVM nº 165/91, nº. 282/98 e o artigo 4º da Instrução CVM nº 481/09, a Companhia esclarece que o percentual mínimo do capital votante para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). Adicionalmente, ficam asseguradas as faculdades previstas nos incisos I e II do §4º e no §5º do artigo 141 da Lei 6.404/76 para a eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia.

(iv) Fixar a Remuneração dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria):

A administração da Companhia propõe a aprovação, a título de remuneração para os Administradores da Companhia, o montante global de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), a ser distribuído em razão das responsabilidades assumidas, do tempo dedicado à Companhia e da competência profissional de cada administrador, que não necessariamente será integralmente despendido.

Em conformidade com o art. 12 da Instrução CVM nº 481/09, informações adicionais sobre a remuneração dos administradores, nos termos do item 13 do Formulário de Referência, encontram-se disponíveis no **Anexo III** à presente proposta e site da Companhia (www.osx.com.br/r), da CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBovespa (www.bovespa.com.br).

ESCLARECIMENTOS GERAIS SOBRE A PARTICIPAÇÃO NESTA ASSEMBLEIA:

Para participar da Assembleia, os Acionistas deverão comparecer, pessoalmente ou representados por procurador, no local e horário da Assembleia, nos termos do respectivo Edital de Convocação, munidos dos seguintes documentos:

(a) Acionista Pessoa Física:

- (i) Documento de identidade do Acionista;
- (ii) Comprovante do agente custodiante das ações da OSX, contendo a respectiva participação acionária, datado de até 02 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral; e

- (iii) Em caso de participação por procurador, documentação listada no item (c) adiante.

(b) Acionista Pessoa Jurídica:

- (i) Documento de identidade do representante legal ou procurador presente;
- (ii) Comprovante do agente custodiante das ações da OSX, contendo a respectiva participação acionária, datado de até 02 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral;
- (iii) Estatuto ou contrato social atualizado, registrado no órgão competente;
- (iv) Documento que comprove poderes de representação: ata de eleição do representante legal presente, ou da pessoa que assinou a procuração, se for o caso;
- (v) Se representado por procurador, a documentação do item (c) adiante; e
- (vi) Em caso de fundo de investimento, o regulamento, bem como os documentos em relação ao seu administrador relatados no item (iv) acima.

(c) Acionistas representados por procurador:

Caso o Acionista prefira ser representado por procurador, deverá adicionalmente apresentar os seguintes documentos:

- (i) Procuração, com firma reconhecida, emitida há menos de 1 (um) ano da data de realização da Assembleia, conforme exigência legal (artigo 126, §1º da Lei das Sociedades por Ações). O procurador deverá ser acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos; e
- (ii) Documento de identidade do Procurador.

Obs: Procurações outorgadas fora do Brasil deverão ser notariadas por tabelião público devidamente habilitado para este fim, consularizadas em consulado brasileiro e traduzidas para o português por um tradutor juramentado.

A Companhia, visando a facilitar a organização dos trabalhos, solicita que a documentação acima seja enviada com até 2 (dois) dias úteis de antecedência da realização da Assembleia, por portador, correio ou correio eletrônico (neste caso o documento físico deve ser trazido no dia da Assembleia) dirigidos aos endereços abaixo:

Envio de Documentos Físicos:

A/C: Secretaria Corporativa OSX
Rua Lauro Müller, nº 116/38º andar
Rio de Janeiro CEP: 22.290-160

Envio de Documentos por e-mail:

Favor colocar no assunto:
Documentos AGO 2017
E-mail: ri@osx.com.br

A Companhia ressalta, entretanto, que o envio prévio da documentação visa somente a dar agilidade ao processo, não sendo condição necessária para a participação nesta Assembleia.

Por fim, a Companhia esclarece ainda que esta proposta da Administração, bem como o Edital de Convocação à referida Assembleia, encontram-se disponíveis nas páginas da CVM (www.cvm.gov.br), da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), e de Relações com Investidores da Companhia (www.osx.com.br/ri). Adicionalmente, os documentos relacionados a este Edital, incluindo aqueles exigidos pela Instrução CVM 481/09, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 2017.

OSX BRASIL S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

PAULO NARCÉLIO SIMÕES DO AMARAL
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia)

Em cumprimento ao artigo 09 da Instrução CVM nº 481/2009, a Companhia fornece, abaixo, as informações indicadas no item 10 do Formulário de Referência, regime informacional previsto na Instrução CVM nº 480/2009:

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Durante o segundo semestre de 2013, a OSX enfrentou um agravamento da sua situação financeira, incluindo o cancelamento de encomendas de unidades que seriam construídas na Unidade de Construção Naval do Açu ("UCN Açu") e de contratos de afretamento e operação e manutenção de unidades FPSOs e WHPs. Em outubro daquele ano, a Óleo e Gás Participações S.A. - Em recuperação judicial ("OGpar"), principal cliente da Companhia, ajuizou na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, seu pedido de recuperação judicial, em conjunto com as controladas, OGX Petróleo e Gás S.A.- Em recuperação judicial ("OGX"), OGX International GmbH - Em recuperação judicial e OGX Austria GmbH - Em recuperação judicial.

No dia 08 de novembro de 2013, em vista da situação conjuntural da Companhia, que a impedia de honrar o pagamento de obrigações vencidas e com vencimento no curto prazo, o Conselho de Administração aprovou o pedido de recuperação judicial da OSX, como instrumento relevante para assegurar a preservação do interesse dos acionistas, empregados e credores, promovendo assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica. O pedido de recuperação judicial da OSX, em conjunto com suas subsidiárias OSX Construção Naval S.A. - Em recuperação judicial ("OSX Construção Naval") e OSX Serviços Operacionais Ltda. - Em recuperação judicial ("OSX Serviços") (as "Recuperandas"), foi ajuizado em 11 de novembro de 2013, na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Em 17 de dezembro de 2014, os Planos de Recuperação Judicial das Recuperandas foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores e, em 19 de dezembro de 2014, o Juízo da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro homologou os três Planos de Recuperação Judicial. A publicação da homologação

dos referidos planos ocorreu no dia 08 de janeiro de 2015, todavia sujeito à solução dos agravos de instrumento impetrados por certos credores.

No dia 30 de janeiro de 2015, a Caixa Econômica Federal (Credora Extraconcursal Anuente) concedeu sua anuência aos termos do Plano de Recuperação Judicial da OSX Construção Naval. A obtenção desta anuência era condição suspensiva para a eficácia e implementação dos Planos de Recuperação Judicial da OSX e da OSX Construção Naval.

Em 2015, a Companhia registrou receita bruta de R\$421,0 milhões. As receitas são oriundas do contrato de leasing dos FPSOs OSX 1 e OSX 3 e à construção do *Pipe-Laying Support Vessel* ("PLSV" ou "Embarcação") para o cliente Sapura. A receita bruta registrada em 2014 foi de R\$752,0 milhões.

O EBITDA consolidado de 2015 foi negativo em R\$1,48 bilhões. Neste resultado verifica-se o registro de R\$1 bilhões em outras despesas referente ao impairment dos ativos afetados pelos cancelamentos de contratos com a OGpar, principal cliente da OSX. Em 2014, o EBITDA foi negativo de R\$3,68 bilhões.

O EBITDA consolidado de 2016 foi negativo em R\$964 milhões. Neste resultado verifica-se o efeito positivo de R\$1,5 bilhões referente à Desconsolidação. Em 2015, o EBITDA foi negativo de R\$1,48 bilhões.

A tabela abaixo demonstra o EBITDA da OSX ao longo dos últimos três anos:

	Consolidado		
	Em milhões de R\$		
	2016	2015	2014
Receita bruta	1,2	195,8	725,0
Impostos	(0,1)	(7,0)	(20,9)
Receita líquida	1,1	188,7	731,1
Custos dos bens e/ou serviços	(7,3)	(199,9)	(420,5)
Resultado operacional	(6,2)	(11,2)	310,6
G&A	(0,6)	(0,1)	(174,4)
Outras receitas/despesas	(0,4)	(0,3)	(3.813,0)
Ebitda	(7,2)	(11,6)	(3.676,8)

O endividamento consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2016 era de R\$3,3 bilhões de reais. A OSX vem negociando as condições de seus empréstimos e financiamentos, buscando adequá-los ao plano de Recuperação Judicial da Companhia.

A posição de caixa em 31 de dezembro de 2016 era de R\$890 mil.

Solvência	2016	2015 Reapresentação	2014
ativo circulante	31.531	134.074	3.734.703
passivo circulante	454.360	304.178	3.668.748
índice de liquidez corrente	0,07	0,44	1,02
ativo circulante	31.531	134.074	3.734.703
impostos a recuperar (ativo não circulante)	50.916	64.717	62.296
passivo circulante	454.360	304.178	3.668.748
passivo não circulante	4.263.549	3.851.739	4.247.427
índice de liquidez geral	0,02	0,05	0,48
Estrutura Patrimonial	2016	2015	2014
passivo circulante	454.360	304.178	3.668.748
passivo não circulante	4.263.549	3.851.739	4.247.427
patrimônio líquido	-3.030.426	-2.343.245	-1.804.165
K terceiros x K próprio	-1,56	-1,77	-4,39
passivo circulante	454.360	304.178	3.668.748
passivo não circulante	4.263.549	3.851.739	4.247.427
ativo total	1.687.484	1.812.670	6.048.548
índice de endividamento geral	2,80	2,29	1,31

Na tabela K significa capital

b. Estrutura de capital

A estrutura de capital da OSX em 2016 apresentava R\$454 milhões Passivo Circulante e R\$4,3 bilhões Passivo Não-Circulante, representando R\$4,8 bilhões de

recursos de terceiros e Patrimônio Líquido Negativo de R\$3 bilhões.

A estrutura de capital da OSX em 2015 apresentava R\$304 milhões de Passivo Circulante e R\$3,85 bilhões de Passivo Não-Circulante, representando R\$4,2 bilhões de recursos provenientes de terceiros e Patrimônio Líquido Negativo de R\$2,3 bilhões.

A estrutura de capital da OSX em 2014 apresentava Passivo Circulante de R\$3,7 bilhões e Passivo Não-Circulante de R\$4,3 bilhões, representando R\$8,0 bilhões de recursos provenientes de terceiros e Patrimônio Líquido Negativo de R\$1,8 bilhões.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Conforme mencionado no item 10.1.a. acima, durante o segundo semestre de 2013, a OSX enfrentou um agravamento da sua situação financeira, incluindo o cancelamento de encomendas de unidades e o cancelamento de contratos de afretamento e operação e manutenção de FPSOs e WHPs. Dessa forma, em 11 de novembro, devido à situação conjuntural da Companhia, que a impedia de honrar o pagamento de obrigações vencidas e com vencimento no curto prazo, o pedido de recuperação judicial da OSX foi ajuizado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Durante o ano de 2014, a Companhia apresentou os Planos de Recuperação Judicial das Recuperandas que foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores e em 19 de dezembro de 2014, o Juízo da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro homologou os três Planos de Recuperação Judicial. A publicação da homologação dos referidos planos ocorreu no dia 08 de janeiro de 2015.

No dia 30 de janeiro de 2015, a Caixa Econômica Federal (Credora Extraconcursal Anuente) concedeu sua anuência aos termos do Plano de Recuperação Judicial da OSX Construção Naval. A obtenção desta anuência era condição suspensiva para a eficácia e implementação dos Planos de Recuperação Judicial da OSX e da OSX Construção Naval.

Em 03 de agosto de 2015 a OSX CN, como premissa ao processo de readequação do plano de negócios da UCN e em cumprimento ao PRJ, celebrou com a Prumo do Açú o Contrato de Gestão, para implementação da melhor estrutura jurídica e operacional para exploração e desenvolvimento da UCN Açú. Este contrato prevê uma remuneração mensal mínima de R\$430 mil Reais em troca da cessão da principal área molhada do Porto do Açú pelo prazo de 20 anos.

Paralelamente a Prumo continua obrigada pelo acordo de comercialização a obter novos clientes, objetivando a geração de recursos para que a companhia tenha condições de saldar seus compromissos financeiros junto aos credores do Plano.

em R\$ milhões	2016	2015	2014
dívida bruta	5.739,3	7.243,1	5.894,0
posição de caixa	0,3	9,3	1,6
dívida líquida	5.738,9	7.233,80	5.892,4

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

As principais fontes de investimento da Companhia em 2016 foi o contrato de Financiamento firmado com a Caixa Econômica Federal e as debêntures emitidas pela Companhia (OSXC11, OSXC21, OSXC31, OSXC41, OSXC51 e OSXC61).

Ao final de 2016, os financiamentos concedidos pela Caixa estavam registrados no balanço patrimonial em R\$1.039 milhões.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

vide item 10.1.d.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como o cumprimento de restrições

vide item 10.1.d.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

vide item 10.1.f

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

(i) Principais variações nas Demonstrações de Resultado Consolidadas de 31 de dezembro de 2015 para 31 de dezembro de 2016:

	Consolidado		VARIACIONES
	31/12/16	31/12/15	
Receita operacional bruta	1.203	195.752	(194.549)
Deduções da receita bruta	(110)	(7.046)	6.936
Receita de venda de bens e/ou serviços	1.093	188.706	(187.613)
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(7.330)	199.916)	192.586
Resultado bruto	(6.237)	(11.210)	4.973
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas e gerais	558.602)	(29.344)	(529.259)
Despesas com opção de ações outorgadas	(1.085)	-	(1.085)
Despesas com depreciação e amortização	(3.888)	(4.174)	286
Gastos com implantação	-	-	-
Provisão para redução do valor recuperável	21.674	478.658	(456.984)
Provisão para investimento com patrimônio líquido negativo	-	-	-
Obrigação de garantia com partes relacionadas			
Outras (despesas) receitas operacionais (líquida)	391.630)	819.589)	427.959
	(933.532)	(374.449)	(559.083)
Resultado de equivalência patrimonial	(24.183)	(2.438)	(21.744)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(963.952)	(388.097)	(575.855)
Resultado financeiro			-
Receitas financeiras	11.691	17.894	(6.203)
Despesas financeiras	(489.918)	(229.642)	(260.276)
Instrumentos derivativos	-	-	-
Variação cambial, líquida	(3.644)	(23.113)	19.468
	(481.872)	(234.861)	(247.010)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.445.823)	622.958)	(822.865)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(32)	(26)	(6)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-
Resultado de ativo disponível para venda	-	-	-
Prejuízo líquido do período	(1.445.856)	(622.984)	(822.871)
Atribuído aos acionistas não controladores:	(42.910)	(7.471)	(35.440)

Atribuído aos acionistas controladores:	(1.402.945)	(615.514)	(787.432)
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	(0,4457)	(0,0020)	(0,444)

Receita Líquida: Em 2016, a receita líquida total da OSX somou R\$1,96 milhões, com redução de 99% em comparação ao ano anterior. Em 2015, a receita líquida total da OSX somou R\$196 milhões. A receita de 2016 incluiu principalmente o contrato de locação da área no Açú.

Custos: A redução de R\$193 milhões (96%) nos custos, quando comparado o ano de 2016 frente ao ano de 2015, reflete a conclusão do projeto PLSV R\$143 milhões e encerramento do contrato de O&M da OSX1 com a OGX.

Administrativas e gerais: Essas despesas totalizaram R\$559 milhões em 2016, representando um aumento de 1804% com relação ao ano anterior. O aumento é basicamente referente a serviços de terceiros, relacionado a despesas com gerenciamento de projetos (+380M) e materiais, referente a baixa de estoques do projeto PLSV (96M).

Outras Receitas/Despesas Operacionais: No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia identificou os seguintes indicativos de *impairment* R\$21,7 milhões na UCN Açú.

Resultado de Equivalência Patrimonial: Em 2016, a OSX registrou prejuízo de R\$24,2 milhões em equivalência patrimonial oriunda da joint venture Integra Offshore Ltda.

Receitas financeiras: As receitas financeiras somaram R\$11,7 milhões frente aos R\$17,9 milhões do ano anterior.

Despesas financeiras: As despesas financeiras aumentaram para R\$490 milhões, frente ao montante de R\$230 milhões em 2015, a variação se justifica pela baixa de R\$184 milhões de juros capitalizados no imobilizado e R\$55 milhões referente a reversão de receita de juros dos mútuos com as Off-shores.

Instrumentos derivativos: Em 2016 e 2015 a companhia não tinha posições de Hedge.

Imposto de renda e contribuição social corrente: O montante total de R\$9 milhões foi constituído sobre lucro tributável apurado no exercício de 2015 pela OSX Brasil.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em 2016 e 2015 não constituímos Imposto de renda e contribuição social diferidos.

Resultado do Período: O prejuízo da Companhia foi de R\$1,4 bilhões em 2016, variando negativamente em R\$823 milhões em relação ao ano anterior, quando a OSX apresentou prejuízo de R\$623 milhões.

(ii) Principais variações no Balanço Patrimonial Consolidado de 31 de dezembro de 2015 para 31 de dezembro de 2016:

Ativo	Consolidado		Δ Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015	
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	890	8.825	(7.935)
Ativo financeiro disponível para venda	-	-	-
Caixa restrito	-	-	-
Clientes	1.183	24.275	(23.093)
Adiantamentos diversos	23.340	17.821	5.519
Estoques	4.858	826	4.032
Tributos a recuperar	-	-	-
Despesas antecipadas	1.185	1.323	(137)
Ativos destinados a venda	-	-	-
Depósitos judiciais	76	-	76
Outros Créditos	-	81.005	(81.005)
	<u>31.531</u>	<u>134.074</u>	<u>(102.543)</u>
Não Circulante Realizável a longo prazo			
Clientes	-	-	-
Depósito vinculado	-	-	-
Partes relacionadas	(0)	1.578	(1.578)
Adiantamentos Diversos	3	(0)	3
Despesas antecipadas	-	-	-
Outros contas a receber	1.653	1.634	19
IR e CSLL diferidos	-	-	-
Tributos a recuperar	50.916	64.717	(13.801)
	<u>52.572</u>	<u>67.929</u>	<u>(15.356)</u>
Investimentos	4.852	29.886	(25.035)
Imobilizado	1.594.903	1.574.360	20.543
Intangível	<u>3.626</u>	<u>6.420</u>	<u>(2.795)</u>

<u>1.655.953</u>	<u>1.678.596</u>	<u>(22.643)</u>
<u>1.687.484</u>	<u>1.812.670</u>	<u>(125.186)</u>

Ativo Circulante:

Caixa e Equivalentes de Caixa: O saldo diminuiu em R\$7,9 milhões entre 2015 e 2016. A redução se deu por conta do encerramento dos contratos do PLSV.

Clientes: O saldo da conta de clientes em 31 de dezembro de 2016 é R\$1,2 milhões.

Tributos a recuperar: Os créditos tributários da Companhia são compostos, basicamente, por saldo negativo de exercícios anteriores e retenções de terceiros. A Companhia tem a expectativa de realização de todo o saldo, através de compensações com outros impostos federais e por pedido de restituição protocolado junto a receita federal, conforme previsto em lei.

Ativo Não-Circulante:

Imobilizado: O valor do imobilizado em 2016 era de R\$1,6 bilhões, representando um aumento de R\$20.543,00 na comparação com 2015.

Passivo Circulante:

Obrigações Sociais e trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2016, as obrigações sociais e trabalhistas eram compostas por (i) R\$108.200 referentes a salários, encargos sobre folha de pagamento, R\$39.150 referente a rescisões contratuais a pagar e (ii) R\$179.606 referentes a provisão de férias e 13º salário, totalizando o montante de R\$531.413.

Fornecedores: A variação verificada nesta rubrica em 2013 comparado ao ano anterior é justificada pelo reconhecimento de fornecedores no âmbito do processo de Recuperação Judicial da Companhia, reclassificados para o passivo não circulante.

Obrigações fiscais: O saldo registrado em 2016 era de R\$112,8 milhões frente a R\$76.2 milhões em 2015. Esta rubrica é composta por impostos a recolher pela Companhia e suas controladas, e sua principal variação entre os períodos refere-se a: (i) R\$43,3 milhões de INSS (ii) R\$30,1 milhões de PIS/COFINS; (iii) R\$16,0

milhões de IRPJ; (iv) R\$4,5 milhões de CSLL e (v) R\$18,9 de outras obrigações fiscais.

Empréstimos e Financiamentos (Circulante e Não Circulante): A variação dos empréstimos e financiamentos entre 2016 e 2015, foi no valor de R\$325,5 milhões considerando as Debentures, e de R\$77,7 milhões considerando apenas as operações de empréstimos.

Adiantamento de Clientes: O saldo de adiantamento de clientes em 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$23,3 milhões é oriundo principalmente dos clientes Porto do Açú Operações SA, no valor de R\$10 milhões, e Embala Sert, no valor de R\$12,5 milhões.

Patrimônio Líquido: Em 2015, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$2,3 bilhões e passou para R\$3,0 bilhões em 2016, que representa um aumento de R\$700 milhões. Esta variação refere-se a: (i) prejuízo líquido do período atribuído ao acionista não controlador de R\$42,9 milhões e (ii) ajustes de conversão da controlada OSX GMBH, cuja moeda funcional é dólar, no montante de R\$1,7 milhões.

(iii) Principais variações nas Demonstrações de Resultado Consolidadas de 31 de dezembro de 2014 para 31 de dezembro de 2015:

	Consolidado		VARIAÇÕES
	31/12/15	31/12/14	
Receita operacional bruta	195.752	751.997	(556.245)
Deduções da receita bruta	(7.046)	(20.913)	13.866
Receita de venda de bens e/ou serviços	188.706	731.084	(542.379)
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(199.916)	(549.097)	349.181
Resultado bruto	(11.210)	181.988	(193.198)
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas e gerais	(29.344)	(166.551)	137.207
Despesas com opção de ações outorgadas	-	(5.831)	5.831
Despesas com depreciação e amortização	(4.174)	(4.357)	183
Gastos com implantação	-	-	-
Provisão para redução do valor recuperável	478.658	(3.752.189)	4.230.848
Provisão para investimento com patrimônio líquido negativo	-	-	-
Obrigação de garantia com partes relacionadas	-	-	-
Outras (despesas) receitas operacionais (líquida)	(819.590)	(168.619)	(650.971)

	(374.450)	(4.097.547)	3.723.098
Resultado de equivalência patrimonial	(2.438)	(10.272)	7.834
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(388.098)	(3.925.831)	3.537.734
Resultado financeiro			-
Receitas financeiras	17.894	5.823	12.070
Despesas financeiras	(229.642)	(402.079)	172.437
Instrumentos derivativos	-	(44.423)	44.423
Variação cambial, líquida	(23.113)	96.482	(119.594)
	(234.861)	(344.197)	109.336
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(622.959)	(4.270.028)	3.647.070
Imposto de renda e contribuição social corrente	(26)	(13.156)	13.130
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	(4.370)	4.370
Resultado de ativo disponível para venda	-	50.619	(50.619)
Prejuízo líquido do período	(622.985)	(4.236.936)	3.613.951
Atribuído aos acionistas não controladores:	(7.471)	(240.301)	232.831
Atribuído aos acionistas controladores:	(615.514)	(3.996.634)	3.381.121
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	(0,0020)	(1,2787)	1,2767

Receita Líquida: Em 2015, a receita líquida total da OSX somou R\$414,2 milhões, com redução de 43% em comparação ao ano anterior. Em 2014, a receita líquida total da OSX somou R\$731,1 milhões. A receita incluiu principalmente os contratos de afretamento e operação e manutenção das unidades FPSOs OSX 1 e OSX 3 e à construção do PLSV para o cliente Sapura.

Custos: A redução de R\$211 milhões nos custos, quando comparado o ano de 2015 frente ao ano de 2014, reflete a suspensão de operação das plataformas FPSO OSX 1 e FPSO OSX 3 assim como o avanço físico da construção do PLSV.

Administrativas e gerais: Essas despesas totalizaram R\$49 milhões em 2015, representando uma redução de 70% com relação ao ano anterior. A redução é basicamente referente ao processo de reestruturação da Companhia.

Outras Receitas/Despesas Operacionais: No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia identificou os seguintes indicativos de *impairment*: R\$587 milhões na unidade FPSO OSX 3; e R\$479 milhões na UCN Açú.

Resultado de Equivalência Patrimonial: Em 2015, a OSX registrou prejuízo de R\$2,4 milhões em equivalência patrimonial oriunda da *joint venture* Integra Offshore Ltda.

Receitas financeiras: As receitas financeiras somaram R\$7 milhões frente aos R\$6 milhões do ano anterior.

Despesas financeiras: As despesas financeiras aumentaram para R\$992 milhões, frente ao montante de R\$402 milhões em 2014, a variação se justifica pela variação cambial e pelos juros de empréstimos das unidades de afretamento.

Instrumentos derivativos: Em 2015 a companhia não tinha posições de Hedge. Para 2014, as operações com derivativos apresentaram perda de R\$44 milhões. Cabe ressaltar que a Companhia em 2014 liquidou suas posições de Hedge.

Variação cambial, líquida: As variações cambiais totalizaram ganho de R\$200 milhões no ano de 2015, refletindo a variação positiva na taxa de câmbio durante o ano.

Imposto de renda e contribuição social corrente: O montante total de R\$9 milhões foi constituído sobre lucro tributável apurado no exercício de 2015 pela OSX Brasil.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em 2015 não constituímos Imposto de renda e contribuição social diferidos. Em 2014 todo o montante de R\$4 milhões que ainda havia de saldo em 2013 foi revertido no próprio ano. A reversão foi decidida por não haver perspectiva de ganhos futuros no curto prazo.

Resultado do Período: O prejuízo da Companhia foi de R\$3,95 bilhões em 2015, variando positivamente em R\$0,27 bilhão em relação ao ano anterior, quando a OSX apresentou prejuízo de R\$4,2 bilhões.

(iv) Principais variações no Balanço Patrimonial Consolidado de 31 de dezembro de 2014 para 31 de dezembro de 2015:

Ativo	Consolidado		Δ Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8.825	1.658	7.167
Ativo financeiro disponível para venda	-	54.939	(54.939)
Caixa restrito	-	144.956	(144.956)
Clientes	24.275	276.884	(252.609)
Adiantamentos diversos	17.821	4.689	13.132
Estoques	826	223.782	(222.956)
Tributos a recuperar	-	-	-
Despesas antecipadas	1.323	5.671	(4.348)

Ativos destinados a venda	-	3.022.124	(3.022.124)
Depósitos judiciais	-	-	-
Outros Créditos	81.005	-	81.005
	<u>134.074</u>	<u>3.734.703</u>	<u>(3.600.628)</u>
Não Circulante Realizável a longo prazo			
Clientes	-	-	-
Depósito vinculado	-	-	-
Partes relacionadas	1.578	1.219	359
Adiantamentos Diversos	-	-	-
Despesas antecipadas	-	6.602	(6.602)
Outros contas a receber	1.634	2.756	(1.122)
IR e CSLL diferidos	-	-	-
Tributos a recuperar	64.717	62.296	2.421
	<u>67.929</u>	<u>72.873</u>	<u>(4.944)</u>
Investimentos	29.886	32.330	(2.444)
Imobilizado	1.574.360	2.200.427	(626.067)
Intangível	6.420	9.215	(2.795)
	<u>1.678.596</u>	<u>2.314.845</u>	<u>(636.250)</u>
	<u>1.812.670</u>	<u>6.049.548</u>	<u>(4.236.878)</u>

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa: O saldo aumentou em R\$7,7 milhões entre 2014 e 2015. O aumento se deve a reembolso de seguros no exercício.

Caixa Restrito: A Companhia possui ainda R\$53,1 milhões alocados em "caixa restrito", uma exigência de certos contratos de financiamento firmados junto a instituições financeiras que restringe a utilização de recursos depositados em determinadas contas bancárias única e exclusivamente para pagamentos referentes aos projetos relacionados.

Clientes: O saldo da conta de clientes em 31 de dezembro de 2015 é representado por montantes a receber oriundos da operação com a empresa Sapura Navegação Marítima S.A. ("Sapura"), no valor de R\$24,2 milhões.

Tributos a recuperar: Os créditos tributários da Companhia são compostos, basicamente, por saldo negativo de exercícios anteriores e retenções de terceiros. A

Companhia tem a expectativa de realização de todo o saldo, através de compensações com outros impostos federais e por pedido de restituição protocolado junto a receita federal, conforme previsto em lei.

Ativos não-correntes à venda: Com o cancelamento dos contratos de afretamento da unidades FPSOs OSX 1 e OSX 2 em 2013, a Companhia efetuou a reclassificação do ativo imobilizado para o ativo destinado à venda, no ativo circulante, o montante de R\$3.962.954, relativos ao valor de venda desses ativos.

Ativo Não-Circulante:

Imobilizado: O valor do imobilizado em 2015 era de R\$4,0 bilhões, redução de R\$1,8 bilhões na comparação com 2014. As principais variações referem-se a: (i) adições de imobilizado (custos na formação da UCN Açú, FPSOs OSX 2 e OSX 3, WHPs 1 e 2, entre outros), (ii) variação cambial sobre os ativos no exterior; (iii) depreciação; (iv) baixa nos ativos e projetos descontinuados e (v) registro de impairment.

Passivo Circulante:

Obrigações Sociais e trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2015, as obrigações sociais e trabalhistas eram compostas por (i) R\$3.513 referentes a salários, encargos sobre folha de pagamento, rescisões contratuais a pagar; (ii) R\$4.277 referentes a provisão de férias e 13º salário e (iii) R\$1.090 de gratificações, totalizando o montante de R\$8.880.

Fornecedores: A variação verificada nesta rubrica em 2013 comparado ao ano anterior é justificada pelo reconhecimento de fornecedores no âmbito do processo de Recuperação Judicial da Companhia, reclassificados para o passivo não circulante.

Obrigações fiscais: O saldo registrado em 2015 era de R\$90.9 milhões frente a R\$61.7 milhões em 2014. Esta rubrica é composta por impostos a recolher pela Companhia e suas controladas, e sua principal variação entre os períodos refere-se a: (i) R\$7,8 milhões de INSS (ii) R\$6,5 milhões de PIS/COFINS; (iii) R\$13.7 milhões de IRPJ; (iv) R\$4,8 milhões de CSLL e (v) R\$3,6 de outras obrigações fiscais.

Empréstimos e Financiamentos (Circulante e Não Circulante): A variação dos empréstimos e financiamentos entre 2014 e 2015, no valor de R\$2.424 milhões.

O saldo de empréstimos e financiamentos também foi impactado pela variação cambial no período, além dos juros acruados ao longo de 2015.

Adiantamento de Clientes: O saldo de adiantamento de clientes em 31 de dezembro de 2015 é oriundo do contrato com a Sapura Navegação Marítima S.A. ("Sapura") e apresenta-se totalmente compensado pelo contas a receber.

Patrimônio Líquido: Em 2014, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$1,8 bilhões e passou para R\$2,9 bilhão em 2015, que representa uma redução de R\$1 bilhão. Esta variação refere-se a: (i) prejuízo líquido do período atribuído ao acionista não controlador de R\$1 bilhão; (ii) adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$75,2 milhões; (iii) ajustes de conversão da controlada OSX GMBH, cuja moeda funcional é dólar, no montante de R\$68,3 milhões; e (iv) aumento de opções de ações outorgadas pela Companhia de R\$1,4 milhões.

10.2 Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou receita de R\$1,1 milhões, sendo estas relacionadas ao contrato de locação da área no Açu.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou receita de R\$73 milhões ao segmento de Serviços de O&M e R\$122,7 milhões no segmento de Construção Naval.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou receita de R\$745,1 milhões, sendo R\$418,4 milhões no segmento de Fretamento, R\$143,0 milhões ao segmento de Serviços de O&M e R\$183,8 milhões no segmento de Construção Naval.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da Companhia em 31 de dezembro de 2016 foi negativo em R\$1.446 milhões, devido, notadamente, à equivalência patrimonial oriunda da Desconsolidação, baixa de juros decorrentes de contratos de mútuo e de debêntures detidas pela Companhia.

O resultado operacional da Companhia em 31 de dezembro de 2015 foi negativo em R\$623 milhões, devido às perdas pela não recuperabilidade de ativos e pela baixa de ativos realizadas ao longo do ano, que refletem os cancelamentos de contratos com a OGpar, principal cliente da OSX.

O resultado operacional da Companhia em 31 de dezembro de 2014 foi negativo em R\$4.237 bilhões, devido às perdas pela não recuperabilidade de ativos e pela baixa de ativos realizadas ao longo do ano, que refletem os cancelamentos de contratos com a OGpar, principal cliente da OSX.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016, 2015, e 2014, a Companhia apresentou receita conforme descrito no item 10.2 (a) (i).

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016 o resultado financeiro líquido da Companhia foi impactado por variações cambiais na taxa de câmbio, decorrentes da existência de passivos em dólares americanos, expressos em reais.

Em 31 de dezembro de 2015 o resultado financeiro líquido da Companhia foi impactado por variações na taxa de câmbio. A Companhia deixou de conviver com o risco cambial oriundo da existência de passivos em dólar em empresas com receitas em real.

Em 31 de dezembro de 2014 o resultado financeiro líquido da Companhia foi impactado por variações na taxa de câmbio. Com o aditamento do contrato de dívida com o FMM celebrado em 30 de janeiro de 2015, que previu a mudança da correção da dívida de dólar para TJPL, a Companhia deixou de conviver com o risco cambial oriundo da existência de passivos em dólar em empresas com receitas em real.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Para 2016 não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais da Companhia não refletida nas demonstrações financeiras.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016, não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve evento ou operação não usual não refletida nas demonstrações financeiras.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As Demonstrações Financeiras Consolidadas dos períodos findos em de 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são apresentadas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

Para as demonstrações financeiras apresentadas em 2016, 2015 e 2014, a Companhia informa que não houve alterações de práticas contábeis.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Para as demonstrações financeiras apresentadas em 2016, 2015 e 2014, a Companhia informa que não houve alterações de práticas contábeis.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras de 2016 foi emitido com abstenção de opinião, fundada nas seguintes bases reproduzidas abaixo:

“Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 11 de novembro de 2013, a Companhia ajuizou na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, OSX Construção Naval S.A. - Em recuperação judicial e OSX Serviços Operacionais Ltda. - Em recuperação judicial, nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 26 de novembro de 2013, foi deferido o processamento da recuperação judicial, conforme decisão da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. Em 21 de março de 2014, o processo de recuperação judicial foi redistribuído para a 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. Em 16 de maio de 2014, a Companhia apresentou seu plano de recuperação com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, demonstração de sua viabilidade econômica e laudos econômico-financeiros e de avaliação dos bens e ativos da Companhia e de suas controladas, acima mencionadas. O plano de recuperação foi aprovado pela Assembleia Geral dos Credores no dia 17 de dezembro de 2014 e homologado pelo Juiz da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro no dia 19 de dezembro de 2014 publicado no Diário oficial em 08 de janeiro de 2015, todavia sujeito a

solução dos agravos de instrumento impetrados por certos credores. A continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas está diretamente vinculada ao sucesso na implementação do plano de recuperação e à eventual geração de caixa futura para liquidação de suas dívidas.

Além do comentado no parágrafo 3) acima, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía prejuízos acumulados individual e consolidado de R\$8.457.059 mil, o passivo circulante, individual e consolidado, da Companhia estava em excesso ao ativo circulante, individual e consolidado, em R\$285.542 mil e R\$422.828 mil, respectivamente, e apresentou patrimônio líquido negativo, individual e consolidado, de R\$2.845.933 mil e R\$3.030.425 mil, respectivamente. Essa situação indica a existência de incerteza significativa que levanta dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controladas e dúvida quanto a base para preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. Em 31 de dezembro de 2016, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

Devido ao fato da Companhia e suas controladas OSX Construção Naval S.A. - Em recuperação judicial e OSX Serviços Operacionais Ltda. - Em recuperação judicial dependerem do sucesso na implementação do plano de recuperação e na geração de caixa futura, como mencionado no parágrafo 3) acima, não nos foi possível concluir se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia deveriam ser preparadas com base na continuidade normal dos negócios ou se deveriam ser preparadas em uma base de liquidação. A base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a realização do ativo imobilizado, a adequação da

reversão do impairment realizada no exercício, bem como da realização dos adiantamentos diversos, estoques, tributos a recuperar e dos demais ativos, bem como o pagamento de fornecedores, empréstimos e financiamentos e pagamento de todos os demais passivos, estão diretamente vinculados com o sucesso da implementação do plano de recuperação e são fatores essenciais para definir a continuidade normal dos negócios da Companhia por um período superior a um ano.

A Companhia está se reestruturando e revendo seus procedimentos, mas atualmente apresenta deficiências nos controles internos relacionados ao processo de elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, gerando uma razoável possibilidade de que erros materiais nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, não tenham sido prevenidos ou detectados tempestivamente. Tais deficiências incluem a ausência de controles adequados de segregação de funções que garantam a integridade e correta apresentação das informações apresentadas como um todo.

Não nos foram apresentadas evidências que dessem suporte para o montante reconhecido como investimento em coligada no valor de R\$4.852 mil. Adicionalmente, não nos foram apresentadas as composições detalhadas dos montantes reconhecidos como adiantamentos diversos no valor de R\$23.340

mil, estoque no valor de R\$4.858 mil, tributos a recuperar no montante de R\$34.147 mil e R\$50.916 mil no ativo não circulante individuais e consolidados e outras contas a receber no valor de R\$1.654 mil e adiantamentos de clientes no passivo circulante consolidado no valor de R\$11.490 mil, apuração do imposto de renda e contribuição social a pagar e ausência de documentação para apuração do valor justo dos ativos oriundos da baixa do investimento ocorrida na OSX Leasing Group B.V.. Além disso, não recebemos resposta de confirmação de saldos enviados a partes relacionadas, assessores jurídicos externos e a diversas instituições financeiras, não nos possibilitando concluir se a Companhia possuía ativos, passivos, fianças, garantias ou outras obrigações financeiras, além daquelas divulgadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Consequentemente, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequada mensuração e registro das referidas rubricas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas na data base de 31 de dezembro de 2016.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 24, a Companhia possui registrados na rubrica "Despesas por natureza" os montantes de R\$570.905 mil, dos quais R\$515.673 mil referentes a serviços contratados e reversão de provisões, não nos foram disponibilizados a documentação suporte das respectivas despesas. Consequentemente, não nos foi possível, nas circunstâncias, efetuarmos procedimentos alternativos de auditoria, que possibilitassem concluir sobre a adequada mensuração e registros das referidas rubricas nas demonstrações contábeis consolidadas na data base de 31 de dezembro de 2016.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 25, a Companhia possui registrados na rubrica "Outras receitas e despesas operacionais" os montantes de R\$753.435 mil e R\$391.631 mil (excluído a provisão do impairment no montante de R\$21.674 mil), individuais e consolidadas, respectivamente, contudo não nos foram disponibilizados a documentação suporte das respectivas receitas e/ou despesas. Consequentemente, não nos foi possível, nas circunstâncias, efetuarmos procedimentos alternativos de auditoria, que possibilitassem concluir sobre a adequada mensuração e registros das referidas rubricas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas na data base de 31 de dezembro de 2016.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 26, a Companhia possui registrados na rubrica "Resultado financeiro" os montantes de R\$1.656 mil e (R\$481.871 mil), dos quais não nos foram disponibilizados os controles gerenciais adequados das rubricas de juros passivos nos montantes de R\$14.805 mil e (R\$37.060 mil) individuais e consolidadas e de variação cambial, líquida no valor de R\$11.549 mil e (R\$3.644 mil) individuais e consolidadas. Consequentemente, não nos foi possível, nas circunstâncias, efetuarmos procedimentos alternativos de auditoria, que possibilitassem concluir sobre a adequada mensuração e registros das referidas rubricas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas na data base de 31 de dezembro de 2016.

As incertezas significativas e limitações comentadas nos parágrafos 3) a 10) acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos, bem como seus mesmos estão apresentados pelos seus valores corretos. Eventos significativos futuros, que não podemos prever seu desfecho, gerarão impactos importantes nas operações da Companhia e de suas controladas. Esses impactos podem afetar de maneira significativa a forma e os valores que esses ativos serão realizados e esses passivos serão pagos."

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes em instruções emitidas pela CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, autorizando sua divulgação. Não obstante, a Diretoria entende que a abstenção de opinião por parte dos auditores é inadequada e decorre, como justificado pelo próprio auditor, do cenário de incertezas associados ao sucesso do plano de recuperação judicial, e não de divergências em relação à adoção de práticas ou ajustes contábeis.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a

descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores relatados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos posteriores afetados. As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão assim apresentadas:

1) Imposto de renda e contribuição social

De acordo com o CPC 32 de 15 de setembro de 2009, a Administração da Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconheceu os créditos tributários, inclusive sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Esta condição foi feita levando em consideração à legislação tributária de cada país. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso ocorram fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício.

2) Opção de compra de ações

Em conformidade com o CPC 10, ICPC 05, IFRS 2 e IFRIC 11 (Share-based Payment), a OSX registra as opções de compra de ações outorgadas pela Companhia e pelo acionista controlador, inclusive as opções de compras de ações de outras companhias coligadas outorgadas pelo acionista controlador a executivos e membros do Conselho de Administração da Companhia, a valor justo, utilizando a metodologia de cálculo de Black-Scholes. Este cálculo utiliza premissas no que tange à volatilidade, taxa de juros, preço da ação, entre outros. Estas premissas são revisadas anualmente pela Administração da Companhia e ajustadas se necessário.

3) Instrumentos financeiros

A gestão dos instrumentos financeiros é efetuada pela Administração da Companhia por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

4) Valor justo dos instrumentos financeiros

O conceito de valor justo prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário.

A Administração da Companhia entende que suas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e instrumentos derivativos estão enquadrados no nível II da hierarquia de valor justo, onde dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no nível I são extraídos do modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

5) Depreciação e Amortização – vidas úteis e taxas e testes de *impairment*

Os ativos imobilizados associados às atividades da Companhia são depreciados e amortizados pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 10 - Imobilizado (Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016) e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e os respectivos valores residuais. Quanto ao teste de *Impairment* a Companhia, na condução do seu negócio, estima o valor de recuperação a ser gerado pelos seus ativos, com base em premissas que representam a melhor estimativa da Administração. Não obstante, essas premissas podem não se concretizar e o valor recuperável dos ativos pode ser diferente do atualmente previsto. Desta forma os saldos recuperáveis dos ativos registrados em nossas

demonstrações financeiras podem divergir significativamente, daquele que poderá ser observado no futuro.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

A OSX não mantém quaisquer operações, contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos em empresas não consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito significativo, presente ou futuro, em sua situação financeira e mudanças em sua situação financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, gastos com capital ou recursos de capital, não registradas no balanço patrimonial.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia além dos constantes de seu balanço patrimonial e dos descritos no item acima.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Vide item 10.8

b. Natureza e o propósito da operação

Vide item 10.8

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Vide item 10.8

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

c. Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Retrospectiva da Recuperação Judicial da Companhia

No dia 08 de janeiro de 2015 foi homologado o Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") da OSX Brasil e de suas subsidiárias OSX Construção Naval S.A. - em recuperação judicial ("OSX CN") e OSX Serviços Operacionais Ltda. - em recuperação judicial ("OSX Serviços").

Tal como o ano de 2015, o ano de 2016 foi marcado pela execução do PRJ, com uma administração focada na redução de custos e cumprimento das premissas do PRJ.

A íntegra do PRJ está disponível no website de Relações com Investidores da OSX (ri.osx.com.br).

- Cumprimento do PRJ

Em 03 de agosto de 2015 a OSX CN, como premissa ao processo de readequação do plano de negócios da UCN e em cumprimento ao PRJ, celebrou com a Prumo do Açú o Contrato de Gestão, para implementação da melhor estrutura jurídica e operacional para exploração e desenvolvimento da UCN Açú. Este contrato prevê uma remuneração mensal mínima de R\$430 mil Reais em troca da cessão da principal área molhada do Porto do Açú pelo prazo de 20 anos.

Paralelamente a Prumo continua obrigada pelo acordo de comercialização a obter novos clientes, objetivando a geração de recursos para que a companhia tenha condições de saldar seus compromissos financeiros junto aos credores do Plano.

Ainda em atendimento ao PRJ, em 31 de agosto de 2015 iniciou-se o processo de desmobilização do FPSO OSX 1, que atualmente encontra-se em lay-up em Lindal na Noruega.

Em conformidade com o PRJ, a Companhia celebrou, em 18 de dezembro de 2015, o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em 8 (oito) Séries, da OSX Construção Naval S.A. – Em Recuperação Judicial", com a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário, e a Companhia, na qualidade de fiadora ("Escritura de Emissão"), por meio do qual emitirá até 215.000 (duzentas e quinze mil) debêntures simples, em 8 (oito) séries, no valor total agregado de até R\$2.150.000.000,00 (dois bilhões cento e cinquenta milhões de reais) ("Debêntures").

A Escritura de Emissão representa um financiamento extraconcursal ("Financiamento DIP"), previsto no Plano de Recuperação Judicial, para assegurar a manutenção das atividades das Recuperandas, visando (i) obter novos recursos junto a seus credores concursais e/ou credores extraconcursais aderentes ao Plano de Recuperação Judicial que tiverem interesse em participar no financiamento das Recuperandas e (ii) novar créditos concursais e/ou extraconcursais desses credores participantes do Financiamento DIP. As referidas debentures foram liquidadas em 29 de janeiro de 2016.

A Companhia concluiu a construção do navio lançador de linhas flexíveis PLSV denominado Sapura Esmeralda, encomendado pela Sapura Navegação Marítima S.A. ("Sapura"), e em 21 de dezembro de 2015, celebrou o Termo de Entrega e Aceitação, no qual a Sapura aceitou a entrega e assumiu a titularidade da Embarcação.

No primeiro trimestre de 2017, os esforços no sentido de reduzir os custos operacionais no contexto da recuperação judicial foram intensificados com a redução de cerca de 70% da folha de pagamento e terceirização de atividades como jurídico e contabilidade da Companhia.

Não obstante as dificuldades enfrentadas, a Companhia encaminhou em 8 de fevereiro de 2017 pedido ao Juízo da 3ª Vara Empresarial no sentido de que seja

aprovada o encerramento do processo de Recuperação Judicial, levando em conta o prazo e o cumprimento das principais condições nele contidas.

- **Alienação de outros bens do ativo permanente**

A OSX poderá promover a alienação e oneração de bens que integram seu ativo permanente, conforme autorizado expressamente pelo Juízo da Recuperação, observados os limites estabelecidos na lei de falências, no Plano de Recuperação Judicial e nos demais contratos em vigor celebrados pelo Grupo OSX com os credores não sujeitos à presente Recuperação Judicial.

- **Reestruturação societária**

A OSX poderá, ainda, promover a reestruturação societária do Grupo OSX, de forma a obter a estrutura societária mais adequada para o desenvolvimento de suas atividades tal como redimensionadas no contexto da Recuperação Judicial e do seu plano de negócios decorrente da implementação do Plano, sempre no melhor interesse do Grupo OSX e visando ao sucesso da Recuperação Judicial.

10.11 Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações que a Diretoria da Companhia considera relevantes e pertinentes a esta seção foram apresentadas nos itens acima.

ANEXO II
SUGESTÃO DE CONTEÚDO PARA OS ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Informações complementares relativas à proposta de eleição dos membros da Administração)

Em cumprimento ao artigo 10 da Instrução CVM nº 481/2009, a Companhia fornece, abaixo, as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, regime informacional previsto na Instrução CVM nº 480/2009:

12. ASSEMBLEIA E ADMINISTRAÇÃO

12.5 Principais informações dos administradores da OSX Brasil S.A.

Conselho de Administração

Nome	CPF	Data de Nascimento	Cargo efetivo ocupado	Data de Eleição	Data de Posse	Prazo do Mandato	Membro independente	Eleito pelo controlador	Mandatos consecutivos
Pedro de Moraes Borba	021.815.777-06	06/09/72	Presidente	14/07/17	14/07/17	AGO 2018	Não	Sim	1
Rogério Alves de Freitas	025.918.507-80	16/10/74	Conselheiro	14/07/17	14/07/17	AGO 2018	Sim	Não	1
Leonardo Martins	045.353.057-57	24/08/75	Conselheiro	14/07/17	14/07/17	AGO 2018	Não	Sim	1
Paulo Narcélio Simões Amaral	790.422.877-72	17/07/62	Conselheiro	14/07/17	14/07/17	AGO 2018	Não	Sim	1
Bruna Peres Born	094.728.997-65	20/05/83	Conselheiro	14/07/17	14/07/17	AGO 2018	Não	Sim	0

12.5.m. Principais informações:

Paulo Narcélio Simões do Amaral

Nome da Empresa	Setor da Empresa	Cargo ocupado	Empresa integra grupo econômico do emissor	Empresa é controlada direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário	Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor
OGX Petróleo e Gás S.A.	Exploração e Produção de Petróleo	Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente	Sim	Sim	Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente
Óleo e Gás Participações S.A.	Exploração e Produção de Petróleo	Diretor Presidente, Financeiro	Sim	Sim	Diretor Presidente, Financeiro
Jornal Valor Econômico	Edição de jornais diários	Conselheiro de Administração	Não	Não	N/A
Locaweb Serviços de Internet S.A.	Serviços de Internet	Diretor Financeiro	Não	Não	N/A
Brasil Telecom S.A.	Telecomunicações	Diretor Financeiro	Não	Não	N/A

Spring Wireless Brasil Ltda	Desenvolvimento de programas de computador	Diretor Financeiro	Não	Não	N/A
-----------------------------	--	--------------------	-----	-----	-----

Leonardo Martins

Nome da Empresa	Setor da Empresa	Cargo ocupado	Empresa integra grupo econômico do emissor	Empresa é controlada direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário	Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor
Eldorado Brasil Celulose	Celulose	Tesoureiro	Sim	Sim	N/A
EBX Holding Ltda	Holding de Conglomerado	Gerente Geral de Finanças	Sim	Sim	N/A

Pedro de Moraes Borba

Nome da Empresa	Setor da Empresa	Cargo ocupado	Empresa integra grupo econômico do emissor	Empresa é controlada direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário	Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor
Óleo e Gás Participações S.A. Em Recuperação Judicial	Indústria de Óleo e Gás	Presidente do Conselho de Administração	Sim	Sim	N/A
EBX Holding Ltda.	Participações em Sociedades	Diretor Jurídico	Sim	Sim	N/A
Óleo e Gás Participações S.A. Em Recuperação Judicial	Indústria de Óleo e Gás	Presidente do Conselho de Administração	Sim	Sim	Presidente do Conselho de Administração

Rogério Alves de Freitas

Nome da Empresa	Setor da Empresa	Cargo ocupado	Empresa integra grupo econômico do emissor	Empresa é controlada direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário	Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor
Teórica Gestora de Recursos Ltda.	Gestão de Fundos	Gestor	Não	Não	Gestor

Bruna Peres Born

Nome da Empresa	Setor da Empresa	Cargo ocupado	Empresa integra grupo econômico do emissor	Empresa é controlada direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário	Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor
OSX Procurement B.V.	Indústria de Óleo e Gás	Diretora	Sim	Sim	N/A

12.5.n. Principais informações:

Nome do Conselheiro	Qualquer condenação criminal.	Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas.	Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
Pedro de Moraes Borba	Não	Não	Não
Rogério Alves de Freitas	Não	Não	Não
Leonardo Martins	Não	Não	Não
Paulo Narcélio Simões Amaral	Não	Não	Não
Bruna Peres Born	Não	Não	Não

Todos os administradores citados no item 12.5.n. declaram, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos não estiveram sujeitos aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Nome	Quantidade de Reuniões realizadas	Percentual de participação nas reuniões.
Paulo Narcélio Simões Amaral	10	100%
Leonardo Martins	4	100%
Pedro Borba	13	100%
Rogério Alves de Freitas	13	100%

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não aplicável.

12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não aplicável.

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

Não há.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não há.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: e

Não há.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Não há.

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social.

Não há.

b. Controlador direto ou indireto do emissor:

Não há.

c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Não há.

ANEXO III

ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Informações complementares relativas à proposta de remuneração dos administradores)

Em cumprimento ao artigo 13 da Instrução CVM nº 481/2009, a Companhia fornece, abaixo, as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência, regime informacional previsto na Instrução CVM nº 480/2009:

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1 Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A estratégia de remuneração adotada pela Companhia é estabelecida conforme as melhores práticas de mercado tendo como referência os principais competidores e maiores empresas do Brasil, buscando garantir sua competitividade. O principal objetivo é valorizar o desempenho de seus profissionais na evolução da empresa, conforme planejamento estratégico definido e alinhado com o retorno aos acionistas no curto, médio e longo prazo. Desta forma, a Companhia estimula a melhoria de sua gestão, atrai, motiva e retém executivos altamente qualificados, alinhando seus interesses aos dos acionistas.

b. Composição da remuneração

A política de remuneração da Administração da Companhia pode ser composta por (i) uma remuneração fixa, cujo montante máximo é estabelecido anualmente pela Assembleia Geral, que poderá, conforme o caso incluir benefícios diretos ou indiretos; (ii) uma parcela variável; e (iii) uma parcela baseada em ações - outorga de opções de compra ou subscrição de ações de emissão da Companhia ("Opções"). Cada órgão terá a composição de sua remuneração conforme descrito nos itens abaixo.

Todos esses elementos da remuneração têm como objetivo promover o desempenho das equipes, além de atrair e reter profissionais de grande qualificação na administração da Companhia.

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração é composta de uma remuneração fixa, podendo contar com componente baseado em ações (Plano do Controlador e/ou Programa da Companhia), bem como com valores relacionados à retenção dos administradores e ao cumprimento de objetivos traçados para o exercício.

Todos esses elementos da remuneração têm como objetivo promover o desempenho das equipes, além de atrair e reter profissionais de grande qualificação na Administração da Companhia.

O Conselho Fiscal da Companhia não tem caráter permanente, assim os membros titulares do Conselho Fiscal, quando instalado, serão remunerados por um pagamento fixo mensal (honorários) equivalente a 10% da média atribuída à diretoria, nos termos da Lei 6.404/76.

A remuneração do Comitê de Auditoria era composta por montante fixo mensal (honorários), estabelecido em razão das responsabilidades assumidas, do tempo dedicado à Companhia e da competência profissional dos membros seus membros.

(ii) proporção de cada elemento na remuneração total:

A proporção de cada elemento na remuneração total no exercício social de 2016 foi a seguinte:

2016	Conselho de Administração	Diretoria
Remuneração Fixa	0%	0%
salário ou pró labore	100%	44%
benefícios direto e indireto	0%	1%
participação em comitês	0%	0%
outros	0%	10%
Remuneração Variável	0%	45%
Remuneração Baseada em Ações	0%	0%
Total	100%	100%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O cálculo da remuneração dos Administradores é definido utilizando como referência as práticas do mercado verificadas através de pesquisa salarial, e no caso da Diretoria também por meritocracia, sempre observando a competitividade externa.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração visa refletir a responsabilidade do cargo, sempre mantendo a competitividade com o mercado. Com a utilização de componentes de remuneração variáveis e a fixação de uma parcela da remuneração, a Companhia busca incentivar a melhoria da gestão, atração e retenção dos Administradores, assim como o alinhamento com os interesses dos acionistas através do compartilhamento de riscos e cumprimento de metas.

(v) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não existem membros não remunerados.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a determinação da remuneração fixa, a OSX utiliza estudos de mercado como referência. Não há indicadores de desempenho específicos estabelecidos para o exercício das opções de compra de ações da Companhia, assim como para a remuneração variável.

Para os membros do Conselho de Administração e comitês, a remuneração é fixa e baseada no mercado, não existindo um acompanhamento de desempenho através de indicadores.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Vide item 13.1 "c".

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

A remuneração fixa e variável visam, em conjunto com a remuneração baseada em ações, a estimular a melhor gestão, atração e retenção dos Administradores,

buscando ganhos pelo comprometimento com os resultados de curto e médio prazo.

Além disso, o plano de opções de ações confere aos seus beneficiários a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia, estimulando-os a trabalhar na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia de modo sustentável no longo prazo.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

O plano de Opções de ações outorgado pelo acionista controlador em favor de determinados membros da Administração ("Plano do Controlador"), como já mencionado acima, outorga opções de ações de sua titularidade de emissão tanto da OSX quanto ações de outras companhias de titularidade do Acionista Controlador. Para mais informações, vide item 13.4 do Formulário de Referência.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Na hipótese de mudança, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia, bem como nos casos de fusão, cisão com ou sem extinção da pessoa cindida, incorporação ou transformação da Companhia, assim como no caso de incorporação de ações, deverão ser respeitados os termos do Programa de Opções, assim como dos Planos já instituídos (na medida em que permitido por lei), fazendo-se os ajustes necessários no número de opções, inclusive respeitando-se as relações de troca utilizadas para efeito das operações descritas acima. Poderá, nestes casos, o Conselho de Administração deliberar, quando da instituição do Plano, a transformação imediata de opções ainda não passíveis de serem exercidas ("Opções Não Maduras") em opções passíveis de serem exercidas ("Opções Maduras").

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Para o exercício social corrente (31 de dezembro de 2017), fica submetida à AGO convocada para 14 de junho de 2017, a proposta de fixação do montante global de remuneração dos Administradores no valor de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), que serão distribuídos por deliberação do Conselho de Administração,

conforme as práticas de mercado e tendo em vista a atual situação da Companhia e a necessidade de obter e reter profissionais.

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente (31/12/2017)
- Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	05	01	0	06
Remuneração fixa anual	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração ou pró-labore	600.000,00	528.000,00	0,00	1.128.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	31.445,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	840.000,00	0,00	840.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	500.000,00	500.555,00	0,00	1.000.555,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da remuneração	1.100.000,00	1.900.000,00	0,00	3.000.000,00

Remuneração total do Exercício Social findo em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	1	-	7
Remuneração fixa anual			-	
Remuneração ou pró-labore	600.000,00	1.656.800,00	-	2.284.800,00
Benefícios direto e indireto		31.770,00	-	31.770,00
Participações em comitês			-	

Outros		364.960,00	-	336.960,00
Descrição de outras remunerações fixas			-	
Remuneração variável			-	
Bônus		1.384.800,00	-	1.684.800,00
Participação de resultados			-	
Participação em reuniões			-	
Comissões			-	
Outros		300.000,00	-	336.960,00
Descrição de outras remunerações variáveis			-	
Baseada em ações			-	
Observação				
Total da remuneração	600.000,00	3.738.330,00		4.338.330,00

Remuneração total do Exercício Social findo em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	2	-	7
Remuneração fixa anual			-	
Remuneração ou pró-labore		1.656.800,00	-	1.684.800,00
Benefícios direto e indireto		31.770,00	-	31.770,00
Participações em comitês	600.000,00		-	600.000,00
Outros		336.960,00	-	336.960,00
Descrição de outras remunerações fixas			-	
Remuneração variável			-	
Bônus		1.684.800,00	-	1.684.800,00
Participação de resultados			-	
Participação em reuniões			-	
Comissões			-	
Outros		336.960,00	-	336.960,00
Descrição de outras remunerações variáveis			-	
Baseada em ações			-	

Observação				
Total da remuneração	600.000,00	3.738.330,00		4.338.330,00

Remuneração total do Exercício Social findo em 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6	2,00	3,00	11,00
Remuneração fixa anual				
Remuneração ou pró-labore	600.000,00	2.063.407,00	139.140,00	2.802.547,00
Benefícios direto e indireto	0,0	0,0 43.585,00	0,0	0,0 43.585,00
Participações em comitês	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros	0,0	0,0 412.681,00	0,0	0,0 412.681,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		1.103.448,00		1.103.448,00
Participação de resultados	0,0	0,0	0,0	0,0
Participação em reuniões	0,0	0,0	0,0	0,0
Comissões	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0
Descrição de outras remunerações variáveis				
Baseada em ações	0,0		0,0	0,0
Observação				
Total da remuneração	600.000,00	3.623.121,00	139.140,00	4.362.261,00

13.3 Remuneração Variável dos 3 últimos exercícios sociais e remuneração prevista para o exercício corrente do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal

Houve remuneração variável referente a bônus ou participação no resultados nos três últimos exercícios no valor de R\$4.173.048,00

Para o ano corrente a previsão da remuneração variável é de R\$1.000.000,00.

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária. No entanto, desde 2010 a Companhia possui um Programa de subscrição ou compra de ações emitidas pela OSX, estabelecendo as diretrizes gerais sobre as quais devem se pautar eventuais planos de remuneração baseados em ações da Companhia.

a. Termos e condições gerais

Programa da Companhia de subscrição ou compra de ações da OSX ("Programa da Companhia"):

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de janeiro de 2010 foi aprovado o Programa de Opções de Compra de Ações que consiste na outorga de opções de compra ou subscrição de ações ordinárias de emissão da OSX aos membros do Conselho de Administração, Administradores e demais empregados da Companhia e de suas controladas. Tal Programa foi alterado e consolidado na Assembleia Geral de 27 de abril de 2012 e será válido até 31 de dezembro de 2020.

Tal Programa determina, conforme a última consolidação, as diretrizes gerais a serem consideradas pela Administração da Companhia para a outorga de opções de compra ou subscrição de ações ordinárias de emissão da Companhia, aos membros do Conselho de Administração, diretores e empregados da Companhia e de suas controladas. Dentre tais diretrizes, consta que:

- (i) o número total de ações destinadas ao Programa não poderá ultrapassar o limite máximo de 3% (três por cento) do total de ações de emissão da Companhia, não considerando o capital autorizado;
- (ii) o valor da ação será apurado com base no valor de mercado das Ações da Companhia, calculado pela média simples do preço das Ações da Companhia nos 20 (vinte) últimos pregões, contados da data – inclusive – de nomeação do Participante, adotando-se sempre a cotação média diária final de cada pregão ("Valor da Ação").
- (iii) o preço de subscrição ou compra das ações será calculado com base no percentual do Valor da Ação estabelecido no Contrato de Opção e nunca será inferior a 40% (quarenta por cento), nem superior a 100% (cem por cento) do referido valor ("Preço de Subscrição"); e
- (iv) a delegação ao Conselho de Administração da Companhia da responsabilidade para administrar o Programa.

Dessa forma, competirá ao Conselho de Administração:

- (a) deliberar sobre a emissão das ações objeto do presente Programa (art. 168, § 1º, "b" da Lei nº 6.404/76);
- (b) definir, dentro dos parâmetros do Programa, os planos periódicos (considerados neste Formulário de Referência como "Planos da Companhia");
- (c) proceder a qualquer alteração em relação aos Planos da Companhia já instituídos;
- (d) tomar quaisquer outras providências que sejam necessárias para a administração do Programa, desde que não impliquem em sua alteração; e
- (e) propor alterações no Programa a serem submetidas à aprovação da assembleia geral extraordinária.

O Conselho de Administração deverá, ainda, decidir sobre a oportunidade e conveniência de implementar ou não os referidos planos periódicos em cada ano de vigência do Programa. Caso implementados, os planos deverão estabelecer, no mínimo: (a) o seu período de vigência; (b) o limite máximo de Opções que poderão ser outorgadas no âmbito de cada um dos planos; e (c) a existência ou não de bloqueio para negociação de ações adquiridas em razão do exercício das Opções, assim como o prazo previsto para tal bloqueio.

Caberá, ainda, ao Conselho de Administração mediante a recomendação de seu Presidente, deliberar oportunamente sobre: (a) a indicação dos Participantes de cada Plano; (b) a determinação das respectivas quantidades de Opções; (c) a determinação dos Preços de Subscrição ou Compra; e (d) estabelecer as demais condições para aquisição ao direito de exercício das Opções.

b. Principais objetivos dos Planos

O Programa da Companhia tem por objetivo: (i) alinhar os interesses dos administradores com os interesses dos acionistas, estimulando o aprimoramento contínuo da gestão visando a valorização a Companhia e as empresas que estejam sob o seu controle direto ou indireto; e (ii) atrair, motivar e reter executivos altamente qualificados nos quadros da Companhia.

c. Forma como os planos contribuem para esses objetivos

O Programa da Companhia confere aos seus beneficiários a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia, estimulando-os a trabalhar na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia de modo sustentável.

d. Como os planos se inserem na política de remuneração da Companhia

O Programa da Companhia constitui instrumento incentivador do bom desempenho individual e do comprometimento com os objetivos empresariais.

e. Como os planos alinham os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

O Programa da Companhia prevê o exercício das opções em parcelas anuais, por um período que pode chegar a até dez anos, a depender do que será estabelecido por eventuais planos. Com isso, os ganhos dos Administradores ficam atrelados à performance das ações da Companhia até o último período de exercício das opções, aumentando o comprometimento do Administradores com o desempenho da Companhia no curto, médio e longo prazos.

f. Número máximo de ações abrangidas

Nos termos do Programa da Companhia, podem ser outorgadas, aos beneficiários, opções de compra de ações, até o limite de 3% do total de ações de emissão da Companhia, computando-se neste cálculo todas as opções já outorgadas e não exercidas.

O número máximo de ações que podem ser abrangidas por eventuais planos do controlador é determinado pelo próprio Acionista Controlador, não obedecendo a um critério pré-estabelecido, tendo em vista que tal plano não implica na emissão de novas ações e, conseqüentemente, na diluição das ações dos demais acionistas da Companhia.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Nos termos do Programa da Companhia, podem ser outorgadas aos beneficiários opções de compra de ações, até o limite de 3% do total de ações de emissão da Companhia, computando-se neste cálculo todas as opções já outorgadas e não exercidas.

O número máximo de ações que podem ser abrangidas por eventuais planos do controlador é determinado pelo próprio Acionista Controlador, não obedecendo a um critério pré-estabelecido, tendo em vista que tal plano não implica na emissão de novas ações e, conseqüentemente, na diluição das ações dos demais acionistas da Companhia.

h. Condições de aquisição de ações

Uma vez outorgadas as opções, de acordo com o Programa da Companhia, o administrador deverá: (i) permanecer na companhia até a data em que cada uma das parcelas das Opções se torne exercível, salvo exceções previstas no Programa; (ii) manifestar sua vontade em exercer as parcelas no prazo máximo previsto no contrato; e (iii) pagar o preço de exercício para que faça jus às ações.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

No Programa da Companhia, o preço de exercício da Opção será apurado com base no valor de mercado das ações, calculado pela média simples do preço das ações da Companhia nos 20 (vinte) últimos pregões, contados da data da outorga das ações para determinado colaborador da sociedade, adotando-se sempre a cotação de fechamento de cada pregão. O preço de aquisição ou exercício de cada ação nunca será inferior a 40% (quarenta por cento), nem superior a 100%, do valor de mercado das ações. Poderá, ainda, o preço ser atualizado pelo IPCA divulgado pelo IBGE.

Em eventuais planos do controlador, o preço de aquisição ou exercício será determinado discricionariamente pelo Acionista Controlador.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

No Programa da Companhia, o prazo de exercício das Opções o prazo máximo para exercício das Opções será estabelecido nos respectivos Contratos de Opção, sendo certo que tal prazo não poderá ser superior a 1 (um) ano contado do Prazo de Maturidade da última parcela de Opções outorgadas no respectivo Contrato de Opção.

k. Forma de liquidação

A subscrição ou compra das ações objeto das opções outorgadas no âmbito do Programa e do Plano, conforme o caso, deverá ser paga a vista, com recursos próprios do beneficiário. O mesmo critério se aplica às opções de compra de ações eventualmente outorgadas pelo nosso acionista controlador em favor dos executivos.

Para as opções outorgadas no âmbito do Programa da Companhia, excepcionalmente, o Conselho de Administração da Companhia poderá autorizar o

Participante a integralizar uma parcela mínima equivalente a 10% do valor total do preço de subscrição no ato de compra, devendo os 90% restantes ser integralizados num prazo de 30 (trinta) dias contados da data de pagamento da primeira parcela.

I. Restrições à transferência das ações

No âmbito do Programa da Companhia, é possível, a depender dos planos eventualmente elaborados, haver restrição à negociação das ações em até 3 anos da assinatura do respectivo contrato.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Dentre outros, pode causar a alteração ou extinção do Programa a ocorrência de fatores que causem grave mudança no panorama econômico e que comprometam a situação financeira da Companhia, dentre outros. Ressalta-se, contudo, que compete à Assembleia Geral Extraordinária aprovar e, portanto, alterar, suspender ou extinguir o Programa de Opções da Companhia.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Para o Programa da Companhia, o desligamento do administrador implica na perda das opções não maduras, ressalvados os casos contrários expressamente previstos no Programa.

13.5 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

Desde o exercício de 2014, não existem planos de remuneração baseado em ações.

13.6. Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável.

13.7. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável.

13.8. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.9. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Ações Ordinárias

	PRUMO ¹	MMX ²	ENEVA ³	OGPAR ⁴	OSX ⁵	CCX ⁶
Conselho de Administração	0	0	11.535	0	0	0
Diretoria	0	0	0	0	0	0

¹ Ações ordinárias de emissão da Prumo Logística Global S.A.

² Ações ordinárias de emissão da MMX Mineração e Metálicos S.A.

³ Ações ordinárias de emissão da ENEVA S.A.

⁴ Ações ordinárias de emissão da Óleo e Gás Participações S.A.

⁵ Ações ordinárias de emissão da OSX Brasil S.A.

⁶ Ações ordinárias de emissão da CCX Carvão da Colômbia S.A.

13.10 Planos de Previdência

A Companhia não disponibiliza plano de previdência para seus Administradores.

13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Item não divulgado com fundamento na liminar concedida pelo Superior Tribunal de Justiça na Medida Cautelar nº17.350-RJ, reestabelecendo a decisão proferida pelo MM Juízo da 5ª Vara de Seção Judiciária do Rio de Janeiro, nos autos do processo 2010.5101002888-5, interposto pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF Rio de Janeiro.

13.12 Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Remuneração com Base em Contratos

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os Administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	2016	2015	2014
Conselho de Administração	100%	100%	100%
Diretoria Estatutária	100%	100%	100%
Conselho Fiscal	0%	100%	100%

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não houve qualquer remuneração paga aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que não pela função que ocupam.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Órgão	2016	2015	2014
Conselho de Administração	0	0	0
Diretoria Estatutária	0	0	0

13.16 Outras informações que a Companhia julga relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item "13".